

De Windhoek a Gaza: A Continuidade da Cumplicidade Alemã e a Promessa Quebrada de “Nie wieder”

A relação da Alemanha com o genocídio não é apenas histórica; é existencial. A identidade moderna da nação é construída sobre memória, arrependimento e a promessa de „*Nie wieder*“ — „*Nunca mais*“. No entanto, no século XXI, enquanto Israel conduz uma guerra devastadora contra Gaza, reconhecida como genocídio por um número crescente de Estados, instituições e juristas, a Alemanha encontra-se novamente envolvida em atrocidades — desta vez como facilitadora.

A ironia é esmagadora: o Estado que fez da prevenção do genocídio a base da sua moral arma e protege agora uma campanha que carrega exatamente a mesma acusação. A tragédia alemã não está apenas na repetição da história, mas na **má interpretação do significado de “Nunca mais”**. O que começou como um compromisso universal para impedir a destruição em massa endureceu num mandamento estreito: *nunca mais prejudicar os judeus* — mesmo que isso signifique ignorar ou facilitar danos a outros.

A Origem Colonial da Modernidade Genocida

O caminho da Alemanha para a era moderna foi pavimentado com violência colonial. Entre 1904 e 1908, durante o domínio sobre a África do Sudoeste (atual Namíbia), as forças alemãs sob o general Lothar von Trotha exterminaram dezenas de milhares de **Herero e Nama** após uma revolta contra a exploração colonial. Os sobreviventes foram expulsos para o deserto para morrer ou presos em campos de concentração como a **Ilha do Tubarão**, onde sofreram fome, trabalho forçado e experimentos médicos.

Historiadores consideram-no **o primeiro genocídio do século XX**, e as continuidades com o Holocausto são inegáveis. A pseudociência racial, o assassinato burocratizado e os campos de concentração encontraram expressão precoce na Namíbia. Eugen Fischer, que realizou “estudos raciais” nos crânios dos Herero e Nama assassinados, tornou-se mais tarde um eugenista proeminente sob os nazis e ensinou teorias citadas em *Mein Kampf*.

O genocídio Herero-Nama não foi uma anomalia, mas um modelo — o teste colonial da modernidade exterminadora. A lógica da hierarquia racial, uma vez exportada para o estrangeiro, acabou por regressar à Europa, industrializada e mecanizada como Holocausto.

O Holocausto e o Legado da Responsabilidade

Após 1945, a Alemanha realizou um profundo acerto de contas. O Holocausto tornou-se o trauma central da civilização moderna, e a *Vergangenheitsbewältigung* alemã — a sua luta

com o passado — definiu o seu renascimento político e moral. A nova República Federal estabeleceu-se sobre uma constituição que ancorava a dignidade humana e adotou uma obrigação explícita de impedir a repetição da violência genocida.

No entanto, com o tempo, a universalidade desta lição estreitou-se. A singularidade do Holocausto, em vez de inspirar solidariedade com todas as vítimas de perseguição, endeuzeceu num princípio de obrigação exclusiva para com os judeus e Israel. Governos alemães sucessivos ancoraram a segurança de Israel como *Staatsräson* — razão de Estado — transformando o arrependimento moral numa aliança estratégica.

Este desenvolvimento transformou “Nunca mais” de um interdito universal numa **neurose nacional**, em que a culpa histórica para com os judeus ofusca a empatia por outros — especialmente os palestinianos. O reflexo moral tornou-se defensivo em vez de reflexivo, performativo em vez de principista.

Gaza e a Inversão de “Nunca mais”

A campanha militar de Israel em Gaza, lançada em outubro de 2023, matou dezenas de milhares de civis e provocou uma catástrofe humanitária. Estados como África do Sul, Brasil, Turquia e Bolívia, juntamente com a própria comissão de inquérito da ONU, rotularam as ações de Israel como genocídio segundo o direito internacional.

A Alemanha, no entanto, permaneceu um dos mais firmes defensores de Israel. Continua a aprovar exportações de armas, fornece cobertura diplomática e reprime a dissidência interna. Em 2025, o chanceler Friedrich Merz anunciou uma suspensão limitada de fornecimentos de armas utilizáveis em Gaza, mas apenas após críticas globais persistentes e protestos internos. Entretanto, a Alemanha reprimiu manifestações pró-palestinianas, censurou artistas e académicos e confundiu a defesa dos direitos palestinianos com antissemitismo.

Na verdade, a Alemanha reinterpreto a sua promessa histórica. „*Nunca mais*” já não significa „*Nunca mais para nenhum povo*” — significa „*Nunca mais confrontar os judeus*”. O resultado é uma inversão moral: a nação que outrora prometeu impedir o genocídio racionaliza agora a cumplicidade nele.

A Analogia do “Valentão do Pátio Escolar”: Psicologia Moral da Evitação

A posição da Alemanha assemelha-se à psicologia de um **valentão do pátio escolar que, após ser humilhado numa luta, jura nunca mais desafiar esse adversário** — não por um despertar moral, mas por medo. Em vez de renunciar completamente à violência, o valentão simplesmente redireciona a agressão para aqueles percebidos como mais fracos.

Nesta analogia, Israel é o lutador intocável, para sempre além da crítica; os palestinianos e os seus apoiantes tornam-se os novos alvos aceitáveis. A Alemanha, traumatizada pelo seu passado, substituiu a reflexão pela evasão. A sua culpa histórica metastizou em **covar-**

dia moral: não enfrentará o poder quando esse poder está envolto na aura moral das suas próprias vítimas anteriores.

A ironia é amarga. Na tentativa de nunca mais ser o *autor* de um genocídio, a Alemanha arrisca tornar-se cúmplice de outro.

A Única Intervenção Alemã: Da Culpa à Tutela

Antes de se encontrar como ré em *Nicarágua vs. Alemanha*, Berlim já se colocara do lado errado da história em *África do Sul vs. Israel*. Em janeiro de 2024, a Alemanha tornou-se **o único Estado do mundo** a intervir formalmente no Tribunal Internacional de Justiça *em favor de Israel*, invocando as suas obrigações ao abrigo da Convenção sobre o Genocídio — não para impedir um genocídio, mas para defender um Estado acusado de o cometer.

O simbolismo era cortante. Enquanto a maior parte do Sul Global se alinhava atrás do caso sul-africano, a Alemanha ficou isolada entre as potências mundiais, invocando “Nunca mais” como justificação da negação. Até os Estados Unidos e o Reino Unido — os aliados políticos mais próximos de Israel — abstiveram-se de aparecer no tribunal.

Nesse momento, a Alemanha transformou-se de nação pós-genocídio em busca de redenção em **tutora da impunidade** pelas atrocidades de outro. O gesto era menos jurídico do que identitário: um ato de projeção moral em que a culpa do Holocausto se tornou o escudo do poder israelita.

O Acerto de Contas Jurídico: Nicarágua vs. Alemanha

Em março de 2024, a **Nicarágua apresentou uma ação no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ)** acusando a Alemanha de violar a Convenção sobre o Genocídio com fornecimentos de armas e apoio político a Israel no meio da guerra de Gaza. Embora o TIJ tenha recusado emitir medidas de emergência em abril de 2024, não rejeitou o caso, que prossegue no mérito.

Este procedimento é historicamente sem precedentes: um Estado do Sul Global aplica a Convenção sobre o Genocídio não apenas contra o autor direto, mas contra um aliado poderoso acusado de cumplicidade. Testa se a obrigação de impedir o genocídio se aplica igualmente àqueles que **o facilitam**.

A defesa da Alemanha baseia-se no formalismo jurídico — insistindo que as suas exportações de armas são legais e não têm intenção de destruir um povo. Mas a questão que o tribunal deve enfrentar é moral tanto quanto jurídica: pode um Estado invocar a memória do genocídio enquanto apoia materialmente um em curso?

Continuidades da Cumplicidade

Ao longo do tempo, a cumplicidade alemã seguiu um padrão.

- Na Namíbia, justificava a destruição como preservação da ordem.

- No Holocausto, burocratizava o assassinato como defesa da pureza racial.
- Em Gaza, legitima a destruição de outro como defesa da expiação histórica.

Em cada caso, a racionalização moral mascara a violência estrutural. Em cada caso, “segurança” e “dever” são invocados para desculpar a devastação humana.

Como observa o teórico pós-colonial Achille Mbembe, **a memória europeia da sua própria violência torna-se frequentemente a justificação para nova violência**. O vocabulário moral da Alemanha — genocídio, memória, responsabilidade — é virado para dentro, servindo a redenção nacional em vez da justiça universal.

Restauração do “Nunca mais” Universal

Para recuperar o seu significado, “Nunca mais” deve ser restaurado à sua universalidade. Sobreviventes do Holocausto como **Primo Levi** e **Hannah Arendt** nunca pretenderam que a memória santificasse o sofrimento de um grupo acima de outro. Para eles, Auschwitz não era apenas um monumento à vitimização judaica, mas um aviso sobre a fragilidade da própria dignidade humana.

Como escreveu Levi: *„Aconteceu, portanto pode acontecer novamente.”* O imperativo moral era garantir que não acontecesse — a ninguém.

O caminho da Alemanha para a frente reside em compreender que o arrependimento não é lealdade a um Estado, mas lealdade a um princípio. Apoiar a justiça para os palestinos não trai a memória do sofrimento judaico; honra-a. A verdadeira lição de “Nunca mais” é que o genocídio, uma vez tolerado em qualquer lugar, ameaça a humanidade em todo o lado.

Conclusão

O confronto da Alemanha com o genocídio está longe de concluído. Dos desertos da Namíbia aos campos de concentração da Europa, e agora às ruínas de Gaza, a mesma questão moral persiste: aprenderá a Alemanha com a sua história ou repeti-la-á em novas formas?

A sua má interpretação de *„Nunca mais”* — como juramento de lealdade em vez de interdito universal — transformou a memória em cumplicidade. Para parafrasear a analogia do pátio escolar: a lição não é *„Nunca mais lutar contra esse adversário”,* mas *„Nunca mais ser um valentão.”*

Durante setenta e cinco anos, a Alemanha pagou reparações a Israel pelas atrocidades do Holocausto — um ato de restituição moral e material que tentava tornar a história suportável. No entanto, se o Tribunal Internacional de Justiça concluir finalmente que o apoio alemão a Israel facilitou o genocídio em Gaza, a ironia será devastadora: o Estado que outrora pagou reparações por um genocídio contra judeus pode encontrar-se obrigado a pagar reparações por um genocídio contra palestinianos.

Nesse caso, a expiação da Alemanha fecharia um círculo completo — prova de que a história, quando não é verdadeiramente enfrentada, tem uma forma de exigir pagamento vezes sem conta. Apenas restaurando “Nunca mais” ao seu significado universal — nunca mais para ninguém — pode a Alemanha finalmente quebrar este ciclo e cumprir a sua promessa à humanidade.

Referências

Tribunal Internacional de Justiça (TIJ)

- *Aplicação da Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (África do Sul vs. Israel)*, Ordem sobre Medidas Provisórias, 26 jan. 2024.
- *Declaração de Intervenção da República Federal da Alemanha (África do Sul vs. Israel)*, apresentada em 12 jan. 2024.
- *Caso relativo a alegadas violações da Convenção sobre o Genocídio na Faixa de Gaza (Nicarágua vs. Alemanha)*, Pedido apresentado em 1 mar. 2024; Ordem sobre Medidas Provisórias, 30 abr. 2024.
- Comunicados de imprensa do TIJ n.º 2024/13, 2024/17 e 2024/25.

ONU e organizações internacionais

- Comissão Internacional Independente de Inquérito da ONU sobre o Território Palestino Ocupado, *Relatório sobre a situação em Gaza*, 16 set. 2025.
- Comité Especial da ONU sobre as práticas israelitas, *Relatório A/79/450*, 14 nov. 2024.
- Organização da Cooperação Islâmica (OCI), Comunicado Final, 6 dez. 2023.
- Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Declaração da Cimeira, 1 dez. 2024.
- Assembleia Geral da ONU, *Registo literal, Declaração do Presidente Gustavo Petro (Colômbia)*, 23 set. 2025.

Estados e governos

- República da África do Sul, *Pedido para instaurar processo*, TIJ, 29 dez. 2023.
- República da Turquia, *Declaração de intervenção em África do Sul vs. Israel*, 7 ago. 2024.
- República da Nicarágua, *Pedido para instaurar processo (Nicarágua vs. Alemanha)*, TIJ, 1 mar. 2024.
- Declarações dos governos do Brasil, Colômbia, Arábia Saudita, Malásia, Indonésia e Bolívia (2023–2025).

Organizações de direitos humanos e jurídicas

- Amnistia Internacional, *Israel/TPO: Fome usada como arma de guerra em Gaza*, Relatórios e comunicados de imprensa, jan.–set. 2025.
- Human Rights Watch, *“Apagado: As ações genocidas de Israel em Gaza”*, 19 dez. 2024.
- Centro Europeu para os Direitos Constitucionais e Humanos (ECCHR), *Parecer jurídico: Cumplicidade alemã no genocídio em Gaza*, 10 dez. 2024.
- Federação Internacional para os Direitos Humanos (FIDH), *Declaração sobre o genocídio em Gaza*, 2025.
- Associação Internacional de Estudiosos do Genocídio (IAGS), Resolução, 31 ago. 2025.

- B'Tselem, *O nosso genocídio: A guerra de Israel contra Gaza 2023–2025*, 2025.
- Médicos pelos Direitos Humanos – Israel (PHRI), *Saúde e genocídio em Gaza*, 2025.
- Al-Haq, *Registo de ações genocidas em Gaza*, 2024–2025.
- Euro-Med Human Rights Monitor, Comunicados de imprensa e relatórios de situação, 2024–2025.
- Medico International, *Entrevistas e funcionalidades de advocacia sobre Gaza*, 2025.

Obras académicas e analíticas

- Achille Mbembe, *Crítica da Razão Negra* (2017) e *Necropolítica* (2019).
- Hannah Arendt, *As Origens do Totalitarismo* (1951).
- Primo Levi, *Os Afogados e os Sobreviventes* (1986).
- Jürgen Zimmerer & Joachim Zeller (eds.), *Genocídio na África do Sudoeste Alemã: A guerra colonial 1904–1908 e as suas consequências* (2008).
- Isabel Hull, *Destrução Absoluta: Cultura militar e práticas de guerra na Alemanha Imperial* (2005).

Cobertura mediática

- *The Guardian*, „TIJ rejeita pedido para ordenar à Alemanha que pare a venda de armas a Israel“, 30 abr. 2024.
- *Reuters*, „Tribunal mundial rejeita medidas de emergência sobre exportações de armas alemãs para Israel“, 30 abr. 2024.
- *Financial Times*, „Merz alemão: Ações de Israel em Gaza já não são justificáveis“, 3 mai. 2025.
- *Le Monde*, „Chanceler alemão Merz forçado a justificar suspensão de entregas de armas a Israel“, 12 ago. 2025.
- *Time Magazine*, „Alemanha suspende vendas de armas relacionadas com Gaza a Israel enquanto plano de ocupação desencadeia reação global“, ago. 2025.
- *Al Jazeera*, „Namíbia, Gaza e a hipocrisia alemã sobre genocídio“, 20 fev. 2024.
- *AP News*, „Alemanha para exportações militares para Israel para uso em Gaza“, ago. 2025.
- *Deutsche Welle*, „Alemanha intervém formalmente no TIJ em apoio a Israel“, jan. 2024.
- *Washington Post*, „Alemanha é o único país a juntar-se a Israel no tribunal mundial“, jan. 2024.